

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (Companhia ou “CARJ”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA: Conforme descrito na nota explicativa nº 13, a Companhia possui montante significativo reconhecido no ativo intangível referente ao direito de exploração da infraestrutura do Aeroporto do Galeão pelo prazo de 25 anos, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 15.779.530 mil, líquido da amortização e do ajuste ao valor recuperável do ativo intangível. A Administração avaliou a recuperabilidade desse ativo por meio da elaboração de modelo de avaliação econômico financeiro que contemplou: (a) o plano de negócios da Companhia para os anos subsequentes; (b) estudo de empresa especializada no mercado aeroportuário relativo a curva de demanda de passageiros; (c) utilização do terminal de cargas; (d) outros fatores que impactem o modelo de negócio da CARJ; e (e) elaboração do fluxo de caixa projetado trazido ao valor presente pela taxa de desconto calculada com base em práticas usuais de mercado, sensibilizado pelo modelo de financiamento adotado pela CARJ. Dessa forma, o modelo econômico financeiro está sujeito a um nível maior de incerteza, na medida em que a Companhia efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2019, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos a análise da política contábil e, com base em amostragem, selecionamos valores que foram alocados ao Ativo intangível para verificação da respectiva documentação suporte para as adições realizadas no decorrer de 2019. Com o auxílio de nossos especialistas internos, revisamos os modelos econômico financeiros apresentados pela CARJ, que verificamos: (a) a razoabilidade das premissas e julgamentos exercidos pela Administração da Companhia; (b) o recálculo dos modelos matemáticos e se foram elaborados nos padrões de mercado aceitos, (c) avaliação da constituição da provisão para recuperação ao valor recuperável do ativo e (d) conclusão dos resultados obtidos nas projeções de fluxo de caixa. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela CARJ nas demonstrações contábeis descritas nas notas explicativas nº 2 e 13.

Com base na abordagem, nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis as premissas e a metodologia utilizadas pela Administração para a apresentação do ativo intangível e seus respectivos registros contábeis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Tributos diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA: Conforme descrito na nota explicativa nº 11 (b), a Companhia possui o montante líquido de R\$ 161.768 mil, reconhecido como imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O reconhecimento destes tributos diferidos foi considerado pela Companhia como recuperáveis e foram registrados com base em estudos realizados em projeção de geração e na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, envolvemos nossos especialistas internos em avaliação de modelos econômicos financeiros para nos auxiliarem nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos diferidos ativos. Envolvemos também nossos especialistas internos em tributos para nos auxiliar nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e, avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis com relação aos tributos diferidos ativos, conforme notas explicativas nº 2.7 e 11 (b).

Com base na abordagem, nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis as premissas e a metodologia utilizadas pela Administração para o registro contábil e da apresentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos mediante a disponibilidade de lucros tributáveis futuros projetados pela Administração, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento das receitas tarifárias

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA: Conforme descrito na nota explicativa 21, a Companhia possui o montante de R\$ 957.876 mil registado como receita bruta de serviços. O reconhecimento das receitas de aeronaves, passageiros, armazenagem e capatazia é altamente dependente de sistemas informatizados, das informações prestadas pelas companhias aéreas que operam nos terminais de passageiros e cargas, e nos controles internos para que as receitas sejam reconhecidas de acordo com as normas contábeis vigentes. Este processo leva em consideração outros aspectos que podem impactar o reconhecimento da receita, como o cadastro e atualização dos preços das tarifas aeroportuárias, o volume de passageiros embarcados e em conexão, controle de aeronaves em pouso e permanência, natureza do serviço prestado na área de carga, modelo e peso da aeronave, entre outros. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido à alta dependência de sistema informatizado e do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita, incluindo os preços praticados e o volume de transações efetuadas durante o exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos o entendimento dos controles internos relacionados à captura de informações de passageiros embarcados e em conexão, pousos e permanências de aeronaves, bem como os controles internos relacionados ao terminal de cargas. Com o suporte dos nossos especialistas internos em ambiente de tecnologia, efetuamos, em bases amostrais, o recálculo de receitas por categoria e a adequação dos registros contábeis de receitas na demonstração do resultado do exercício. Adicionalmente, realizamos testes substantivos em bases amostrais para a validação dos dados inseridos no sistema informatizado, visando confirmar a eficácia dos controles internos. Realizamos a leitura das divulgações efetuadas pela Companhia vislumbrando verificar a conformidade e detalhamento de informações relativas à mensuração e reconhecimento das receitas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações contábeis, conforme requerido pelas regras contábeis e descritos nas notas explicativas nº 2.18 e 21.

Com base na abordagem, nos procedimentos de auditoria executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os critérios e as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia derivadas de taxa de embarque e conexão de passageiros, pouso e permanência de aeronaves, armazenagem e capatazia são apropriadas e adequadas, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

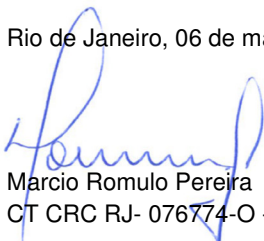
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia, avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.



Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
RC SP-025.583/O-1

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	210.877	164.083
Aplicações financeiras	7	133.054	143.695
Contas a receber	8	160.212	174.978
Estoques		7.699	5.668
Tributos a recuperar	9	13.171	44.760
Despesas antecipadas		6.349	5.534
Outros ativos		493	3.116
		<u>531.855</u>	<u>541.834</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	7	76.730	54.933
Contas a receber	8	23.030	26.950
Partes relacionadas	10	18.577	18.577
Tributos a recuperar	9	14.939	-
Tributos diferidos	11(b)	161.768	259.669
Despesas antecipadas		1.952	1.536
Outros ativos		1.792	-
		<u>298.788</u>	<u>361.665</u>
Imobilizado	12	2.876	3.177
Intangível	13	15.779.530	16.058.493
		<u>16.081.194</u>	<u>16.423.335</u>
Total do ativo		<u><u>16.613.049</u></u>	<u><u>16.965.169</u></u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Financiamentos	14	171.849	161.593
Arrendamentos	15	3.496	-
Fornecedores e contas a pagar		40.286	32.452
Obrigações sociais e trabalhistas		24.996	25.523
Adiantamento de clientes	16	25.309	25.072
Tributos a pagar		9.364	7.210
Obrigações com Poder Concedente	17	58.744	61.485
Outros Passivos	18	21.729	22.657
		<u>355.773</u>	<u>335.992</u>
Não circulante			
Financiamentos	14	1.156.358	1.253.727
Arrendamentos	15	6.946	-
Partes relacionadas	10	24.479	24.479
Obrigações com Poder Concedente	17	12.278.388	10.896.406
Adiantamento de clientes	16	134.519	158.189
Provisão para contingências	19	1.826	-
		<u>13.602.516</u>	<u>12.332.801</u>
Patrimônio líquido	20		
Capital social		5.711.961	5.711.961
Prejuízos acumulados		<u>(3.057.201)</u>	<u>(1.415.585)</u>
		<u>2.654.760</u>	<u>4.296.376</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>16.613.049</u></u>	<u><u>16.965.169</u></u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2019	2018
Receita líquida	21	904.928	947.117
Custo dos serviços	22	(676.037)	(660.861)
Lucro bruto		228.891	286.256
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(99.237)	(69.395)
Redução ao valor recuperável de ativos	13	(907.720)	-
Outras receitas e despesas, líquidas		9.083	11.444
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		(768.983)	228.305
Receitas financeiras	24	27.333	34.950
Despesas financeiras	24	(802.065)	(748.124)
Resultado financeiro, líquido		(774.732)	(713.174)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.543.715)	(484.869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(a)	(97.901)	(138.497)
Prejuízo do exercício		(1.641.616)	(623.366)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em R\$ por ação)	25	(0,29)	(0,11)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	(1.641.616)	(623.366)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.641.616)</u>	<u>(623.366)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Em 1º de janeiro de 2018	5.711.961	(321.477)	5.390.484	(792.219)	4.598.265
Integralização de capital social	-	321.477	321.477	-	321.477
Prejuízo do exercício	-	-	-	(623.366)	(623.366)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>5.711.961</u>	<u>-</u>	<u>5.711.961</u>	<u>(1.415.585)</u>	<u>4.296.376</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.641.616)	(1.641.616)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>5.711.961</u>	<u>-</u>	<u>5.711.961</u>	<u>(3.057.201)</u>	<u>2.654.760</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.543.715)	(484.869)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	177.750	148.943
Ajuste a valor presente	225.370	230.844
Variação monetária	289.731	238.583
Juros sobre reperfilamento da outorga fixa	152.934	141.667
Provisão para contingências	1.826	-
Juros e encargos sobre financiamentos	128.092	119.406
Juros sobre arrendamentos	1.152	-
Provisão para risco de crédito	9.930	1.976
Apropriação de receita diferida	(14.891)	(16.142)
Redução ao valor recuperável de ativos	907.720	-
Baixas de imobilizado	-	11
Baixas de intangível	39	26.572
	<u>335.938</u>	<u>406.991</u>
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	(11.156)	(198.628)
Contas a receber	23.647	(11.977)
Partes relacionadas ativo	-	(133)
Tributos a recuperar	16.650	67.578
Estoques	(2.031)	965
Despesas antecipadas	(3.025)	188
Outros ativos	2.624	(2.558)
Fornecedores e outras contas a pagar	7.836	(14.192)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.590)	(1.081)
Partes relacionadas passivo	-	(401)
Tributos a pagar	3.215	419
Outorga variável	(1.926)	275
Contribuição mensal	(815)	(139)
Adiantamento de clientes	(23.433)	(26.936)
Outros passivos	(879)	(1.559)
Caixa proveniente das operações	<u>345.055</u>	<u>218.812</u>
Juros pagos	(121.721)	(106.660)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>223.334</u>	<u>112.152</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(692)	(1.548)
Aquisições intangível	(77.788)	(102.686)
Outorga fixa	-	(1.025.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(78.480)</u>	<u>(1.130.135)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de financiamentos	83.638	713.552
Aumento e integralização do capital social	-	321.477
Amortização de financiamentos	(176.719)	(117.450)
Amortização de arrendamento	(4.577)	-
Pagamento custo de transação	(402)	(974)
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de financiamentos	<u>(98.060)</u>	<u>916.605</u>
Aumento(redução) líquida do caixa e equivalente de caixa	46.794	(101.378)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>164.083</u>	<u>265.461</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>210.877</u>	<u>164.083</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Receita de serviços	948.185	999.788
Receita de construção ICPC 01	72.929	70.757
Outras receitas	10.004	11.924
Provisão para risco de crédito	<u>(9.930)</u>	<u>(1.976)</u>
	1.021.188	1.080.493
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(392.076)	(387.797)
Redução ao valor recuperável de ativos	(907.720)	-
Custo de obras de infraestrutura ICPC 01	<u>(72.929)</u>	<u>(70.757)</u>
	<u>(1.372.725)</u>	<u>(458.554)</u>
Valor adicionado bruto	(351.537)	621.939
Depreciação e amortização	<u>(177.750)</u>	<u>(148.943)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(529.287)</u>	<u>472.996</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>27.333</u>	<u>34.950</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(501.954)</u>	<u>507.946</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>105.970</u>	<u>100.991</u>
Remuneração direta	80.424	78.386
Benefícios	20.792	17.916
FGTS	4.754	4.689
Impostos, taxas e contribuições	<u>231.212</u>	<u>290.746</u>
Federais	202.351	259.735
Estaduais	584	241
Municipais	28.277	30.770
Remuneração de capitais de terceiros	<u>802.480</u>	<u>739.575</u>
Encargos financeiros e outros	802.480	739.575
Remuneração de capitais próprios	<u>(1.641.616)</u>	<u>(623.366)</u>
Prejuízo retido	<u>(1.641.616)</u>	<u>(623.366)</u>
Valor adicionado (retido)distribuído	<u>(501.954)</u>	<u>507.946</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ” ou “Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 4 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão (“Aeroporto do Galeão” ou “Galeão”), e a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto do Galeão. A Companhia tem sede na Avenida Vinte de Janeiro, s/nº - Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

(a) Contrato de concessão

Em 2 de abril de 2014, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Agência” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2013, com vigência pelo prazo de 25 anos, prorrogável por até 5 anos. A Companhia iniciou as suas operações em 12 de agosto de 2014.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo, a ser implementada nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) para a Companhia;
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previstos no Plano de Exploração Aeroportuária–PEA.

Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Galeão, a Companhia se obriga a pagar à União as seguintes contribuições:

- **Contribuição fixa:** Corresponde ao montante a ser pago em decorrência da oferta realizada pela concessão, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo nº 001/2017 ao contrato de concessão;
- **Contribuição variável:** Correspondente ao montante anual resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre a base da receita bruta anual deduzido do montante resultante da aplicação da alíquota de 26,4165% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia; e
- **Contribuição mensal:** Corresponde à aplicação de alíquota de 22,652134% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, conforme decisão nº 106 emitida em 28 de junho de 2017 pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, possui como remuneração as receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, e receitas não tarifárias referentes à exploração de atividades econômicas que envolvem a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

(b) Contexto operacional

(i) Reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o termo aditivo nº 001/2017 do contrato de concessão junto à Agência com o objetivo de permitir a reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas, com fundamento no art. 1º da Medida Provisória nº 779, de 19 de maio de 2017, e art. 8º, do inciso XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

Em 19 de dezembro de 2017, a Concessionária quitou a 1ª parcela da reprogramação no montante de R\$ 1.512.048.

Em 27 de junho de 2018, a Concessionária quitou a 2ª parcela da reprogramação no montante de R\$ 1.025.901.

(ii) Empréstimo Longo Prazo

Em 18 de dezembro de 2017, a Concessionária contratou o financiamento de Longo Prazo junto ao BNDES e bancos comerciais no valor total de R\$ 1.620.000 com destinação aos investimentos necessários para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto do Galeão, incluindo o reembolso dos investimentos efetuados para a conclusão da Fase I-B do Contrato de Concessão.

A tranche de repasse dos bancos comerciais representa 51% do total do financiamento de Longo Prazo enquanto a tranche direta do BNDES representa 49% do total.

Em 22 de dezembro de 2017, ocorreu o desembolso integral da tranche de repasse dos bancos comerciais no valor de R\$ 826.200.

Em 15 de junho de 2018, ocorreu o 1º desembolso da tranche direta do BNDES no valor de R\$ 655.000.

Em 27 de dezembro de 2018, ocorreu o 2º desembolso da tranche direta do BNDES, no valor de R\$ 58.552.

A Companhia realizou desembolsos do saldo remanescente da tranche direta do empréstimo, no montante total de R\$ 83.638, realizados em 23 de julho de 2019, R\$ 78.641, em 26 de julho de 2019, R\$ 883 e em 27 de agosto de 2019, R\$ 4.114.

2 Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 6 de março de 2020.

2.2 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São avaliados ao custo amortizado, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação, Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9). A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

(b) Ativos mensurados ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2019, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações Financeiras", "Contas a receber" e "Partes relacionadas" (Notas 6, 7, 8 e 10, respectivamente).

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo esperado para recebimento é equivalente a um ano (360 dias, a contar da data de vencimento), ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso o prazo seja maior que um ano (360 dias, a contar da data de vencimento), estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que não difere dos valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para risco de crédito (“PRC”).

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito, em linha com as determinações divulgadas pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, estabelecendo uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito associada à sua expectativa de perda esperada. Dessa forma, a provisão para risco de crédito (*Impairment* de recebíveis) é constituída com base na análise da probabilidade de recebimento dos títulos em aberto. O montante registrado em 31 de dezembro de 2019 é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas que possam advir sobre o saldo de recebíveis em aberto.

2.5 Estoques

Os estoques correspondem a materiais de reposição e manutenção relacionados às atividades da Companhia e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros e licenças a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com a prazo de vigência.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração de tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens referentes aos bens não conversíveis ao Poder Concedente.

A depreciação é calculada utilizando o método linear considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 12).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9 Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As aquisições de bens reversíveis efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente, ao final da concessão, em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subseqüentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 13.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao Poder Concedente se enquadra como um contrato de execução. Desta forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, calculado com base na taxa de juros anual NTN-B - 150535 de 6,22%, taxa equivalente de mercado com juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é realizada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão (curva de demanda de passageiros), limitada à capacidade máxima de cada marco de investimento. Os marcos de investimento originam-se de gatilhos atrelados à curva de demanda de passageiros, com vistas à manutenção do nível de serviço exigido pelo Poder Concedente.

Os ônus financeiros provenientes da atualização da outorga são, por sua vez, capitalizados ao longo da evolução dos marcos de investimento, até a sua conclusão.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Obrigações com o Poder Concedente

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão que são registradas inicialmente a valor justo, amortizados pelas liquidações financeiras, e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou com maior frequência se houver alguma indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificadas pela Administração da Companhia evidências objetivas que justificaram o registro de perdas de *impairment*, principalmente pela não realização da demanda de passageiros esperada para o aeroporto, alterando a projeção esperada de demanda de passageiros. As premissas da análise estão descritas na Nota 13.

2.12 Financiamentos

Os financiamentos são classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 - Arrendamentos (IFRS 16), em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2019, a Concessionária deixa de reconhecer as despesas de arrendamento e passa a reconhecer um direito de uso dos ativos arrendados a ser amortizado e um passivo de arrendamento com incorrência de juros. Os efeitos apropriados estão demonstrados nas notas explicativas 13, 15, 22 e 24.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Concessionária elegeu o método de abordagem de efeito cumulativo, desta forma, não precisou reapresentar a informação comparativa. Na data de aplicação o valor do direito de uso é igual ao passivo de arrendamento, não impactando nenhuma cifra cumulativa do patrimônio.

Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IFRS 16), a Companhia aplicou os seguintes pontos da norma:

- Mensuração do passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário, na data da aplicação inicial.
- Reconhecimento do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A taxa incremental sobre empréstimo utilizada para descontar o valor dos contratos é a taxa de captação corporativa que está atrelada aos empréstimos, financiamentos e obrigações da Companhia, que na data de aplicação inicial da norma era de 10,31%.

2.14 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes representam valores cedidos de clientes, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais relativos à cessão de área de espaços comerciais.

2.16 Outros passivos

Corresponde aos valores a serem repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil ("FNAC") e Departamento de Controle do Espaço Aéreo ("DECEA") incidentes sobre as tarifas aeroportuárias e estão, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

2.17 Capital social

As ações ordinárias e aportes de capital são classificados no patrimônio líquido.

Dividendos

Ao fim de cada exercício social, do lucro líquido do exercício, aplicar-se-ão 5% na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do Capital Social. Do lucro líquido ajustado, no mínimo 25% será destinado às acionistas como dividendo mínimo obrigatório, conforme Lei das Sociedades por Ações.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. As receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços, conforme descrito no CPC 47 (IFRS 15). A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receitas de serviços

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo Poder Concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Benefícios a empregados

A Companhia mantém convênio de adesão com a MULTIPREV - FUNDO MÚLTIPLO DE PENSÃO, entidade fechada de previdência privada. Este convênio teve seu início em 01/04/2019, em substituição ao convênio anterior com a Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A MULTIPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da MULTIPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia para planos de previdência no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 1.243 (31 de dezembro de 2018, R\$ 968).

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano MULTIPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 “Benefícios a empregados”.

2.20 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.21 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.22 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2019.

- IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 – Modifica à definição de “material”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.
- CPC 00 – Estrutura conceitual para relatórios financeiros – Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) que introduz alterações em várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativos/passivos e de gastos/rendimentos, além de conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.
- IFRS 3 / CPC 15 – Definição de negócio - Esta alteração constitui uma revisão da definição de “negócio” para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.
- Revisão de pronunciamentos técnicos n° 14 - Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.
- Revisão de pronunciamentos técnicos n° 15 - Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge.
- IFRS 17 /CPC 50 – Contratos de seguro - A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com avaliação prévia da Administração da Companhia não trarão impacto em suas demonstrações contábeis.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 Novas normas contábeis pela primeira vez em 2019

- IFRIC 23/ICPC 22 – Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1o de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia não identificou impactos significativos na adoção desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício de 2019 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de passageiros e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e para registro de prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua recuperação. Para as diferenças temporárias tributáveis, a Companhia reconhece o passivo fiscal diferido (Nota 11(b)).

A recuperabilidade do saldo do ativo diferido é revisada no fim de cada período, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a capitalização das despesas financeiras e o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através da curva de capacidade instalada e da curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros), limitado ao prazo final da concessão, respectivamente. A Administração entende que são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, conforme mencionado na Nota 1.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez para a proteção e rentabilidade de seus ativos e do seu patrimônio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para cumprir os seus compromissos, conforme determinado pelas previsões de caixa elaboradas pela Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Em 31 de dezembro de 2019		
Financiamentos	171.849	1.156.358
Arrendamentos	3.496	6.946
Fornecedores e contas a pagar	40.286	-
Obrigações com Poder Concedente	-	23.832.020

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco associado a taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação das taxas de juros, podendo causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém seus empréstimos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e à taxa média de risco de crédito anual de 3,26%.

A Companhia mantém a sua Outorga Fixa atrelada ao índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA").

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e variação do IPCA na outorga, sendo estas as principais exposições de risco de mercado da Companhia.

A exposição ao risco decorre da possibilidade de a Concessionária sofrer ganhos e perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros flutuantes e do IPCA. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e obrigações com o Poder Concedente estão vinculadas à variação da TJLP e IPCA.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são:

Ativo Financeiro	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Risco / indexador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Caixa e equivalentes de caixa	210.877	SELIC	9.489	7.117	4.745
Aplicações financeiras	209.784	SELIC	9.440	7.080	4.720
Referência de ativos financeiros			<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
SELIC (% ao ano)			4,50%	3,38%	2,25%
Passivo Financeiro	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Risco / indexador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Empréstimos e financiamentos	1.328.207	TJLP	82.349	102.936	123.523
Obrigações com Poder Concedente	12.337.132	IPCA	530.497	663.121	795.745
Referência de passivos financeiros			<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TJLP (% ao ano)			6,20%	7,75%	9,30%
IPCA (% ao ano)			4,30%	5,38%	6,45%

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições com *ratings* de crédito aceitáveis. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes classificadas com *rating* mínimo "A" na escala da *Standard and Poor's*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo financeiro da concessão		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Contas a receber (Nota 8)	183.242	201.928
Partes relacionadas (Nota 10)	18.577	18.577
	<u>201.819</u>	<u>220.505</u>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (Notas 6 e 7)	420.560	362.533
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral e numerários em trânsito (Nota 6)	101	178
	<u>420.661</u>	<u>362.711</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>420.661</u>	<u>362.711</u>

(f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo adquiridos no mercado conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Total dos financiamentos (Nota 14)	1.328.207	1.415.320
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(210.877)	(164.083)
Menos: Aplicações financeiras (Nota 7)	<u>(209.784)</u>	<u>(198.628)</u>
Dívida líquida	<u>907.546</u>	<u>1.052.609</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.654.760</u>	<u>4.296.376</u>
Total do capital	<u>3.562.306</u>	<u>5.348.985</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>25</u>	<u>20</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos Financeiros	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	210.877	164.083
Aplicações financeiras (Nota 7)	209.784	198.628
Contas a receber (Nota 8)	183.242	201.928
Partes relacionadas (Nota 10)	<u>18.577</u>	<u>18.577</u>
	<u>622.480</u>	<u>583.216</u>
Passivos Financeiros		
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivos mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos (Nota 14)	1.328.207	1.415.320
Arrendamentos (Nota 15)	10.442	-
Fornecedores e contas a pagar	40.286	32.452
Partes relacionadas (Nota 10)	24.479	24.479
Obrigações com Poder Concedente (Nota 17)	12.337.132	10.957.891
Outros passivos (Nota 18)	<u>21.729</u>	<u>22.657</u>
	<u>13.762.275</u>	<u>12.452.799</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos conta movimento	4.093	7.996
Aplicações financeiras (*)	206.683	155.909
Numerários em trânsito	101	178
	<u>210.877</u>	<u>164.083</u>

A Concessionária possui aplicações em fundo exclusivo de investimento, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e ativos financeiros de ratings mínimos AA-, Aa3 e AA-, classificados pelas agências *Standard and Poor's*, *Moody's* e *Fitch*, respectivamente.

(*) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LFT	206.726	155.954
Outros (a)	(43)	(45)
	<u>206.683</u>	<u>155.909</u>

- (a) Corresponde a gastos envolvendo a administração do fundo, tais como taxa de administração, tributos a recolher etc.

As aplicações financeiras referem-se a aplicações no Fundo Diamante, administrado pelo banco Santander S.A., sendo um fundo de investimento exclusivo cujas aplicações são realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos de renda fixa marcado a mercado com rentabilidade diária vinculada a SELIC.

A remuneração do fundo é pela taxa média de 99% do CDI (31 de dezembro de 2018, 99%), sem prazo de carência e baixo risco de crédito, com liquidez imediata.

7 Aplicações Financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras vinculadas	209.784	198.628
	<u>209.784</u>	<u>198.628</u>
Ativo circulante:	133.054	143.695
Ativo não circulante:	<u>76.730</u>	<u>54.933</u>

De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, os recursos destinados ao pagamento das parcelas devidas a título de outorga fixa, outorga variável e do financiamento de longo prazo devem ser alocados em contas bancárias específicas para estas finalidades, conforme termos do contrato. Os recursos das contas vinculadas estão aplicados no Fundo Diamante, conforme descrito na Nota 6.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 183.242 (31 de dezembro de 2018, R\$ 201.928), sendo R\$ 33.778 vencidas (31 de dezembro de 2018, R\$ 28.892). Esses créditos estão sendo negociados e recebidos de forma gradativa e, com base nos conhecimentos dos negócios, a Administração não espera perdas na realização.

A composição dos valores a receber de clientes está apresentada abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante:		
Comercial	119.605	120.100
Aeroportuária	43.517	45.648
Cargas	11.635	8.809
Outras contas a receber	3.961	7.146
	<u>178.718</u>	<u>181.703</u>
(-) PRC	<u>(18.506)</u>	<u>(6.725)</u>
	160.212	174.978
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante:		
Comercial	22.958	23.011
Aeroportuária	-	915
Cargas	4	2.959
Outras contas a receber	68	65
	<u>23.030</u>	<u>26.950</u>
	<u>183.242</u>	<u>201.928</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber por vencimento estão apresentados abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo circulante:		
A vencer	144.940	152.811
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.566	6.030
De 31 a 60 dias	549	4.018
De 61 a 90 dias	441	1.437
De 91 a 180 dias	2.579	2.077
Acima de 180 dias	<u>26.643</u>	<u>15.330</u>
	<u>33.778</u>	<u>28.892</u>
	178.718	181.703
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante:		
Acima de 12 meses	<u>23.030</u>	<u>26.950</u>
	23.030	26.950
	<u>201.748</u>	<u>208.653</u>

A Companhia reconhece as perdas para risco de crédito de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros, realizando a estimativa das perdas esperadas que possam ocorrer na cobrança dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado. A Companhia utiliza uma matriz de provisão de perdas esperadas, estabelecendo percentuais esperados de ocorrências, por faixas de recebimento com base no histórico de perdas.

A seguir apresentamos o percentual aplicado para cada período de recebimento. A Companhia utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão, caso entenda necessário. Esse julgamento é individualizado por devedor, visando verificar a recuperabilidade de cada dívida.

(a) Percentuais

	<u>No mês de faturamento (M)</u>	<u>M + 30 dias</u>	<u>M + 60 dias</u>	<u>M + 90 dias</u>	<u>M + 180 dias</u>	<u>M + 360 dias</u>	<u>> 360 dias</u>
Aeroportuário	0,08%	2,82%	16,51%	22,43%	69,58%	97,49%	100,00%
Cargas	0,02%	0,09%	0,79%	2,33%	4,38%	95,44%	100,00%
Comercial	2,35%	21,26%	32,72%	42,73%	62,84%	90,00%	100,00%
Outras Receitas	3,84%	38,22%	54,07%	64,40%	75,94%	92,98%	100,00%

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	(6.725)	(4.731)
Adições/Reversões	(13.358)	(1.994)
Baixas	1.577	-
Saldo no final do exercício	<u>(18.506)</u>	<u>(6.725)</u>

9 Tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IR e CSL retidos na fonte sobre faturamento e IR retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	5.147	9.107
PIS e COFINS retidos na fonte sobre faturamento e não cumulativos	7.499	34.989
Crédito de PIS e COFINS sobre intangível em infraestrutura (i)	14.939	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	89	377
Outros	436	287
	<u>28.110</u>	<u>44.760</u>
Ativo circulante:	13.171	44.760
Ativo não circulante:	<u>14.939</u>	<u>-</u>

(i) A Companhia registrou créditos de PIS e COFINS referentes aos gastos com a reforma e construção da infraestrutura.

10 Partes relacionadas

(a) Saldos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante:		
Contas a receber - Infraero (i)	18.577	18.577
	<u>18.577</u>	<u>18.577</u>
Passivo não circulante:		
Salários a pagar - Infraero (ii)	2.062	2.062
Almoxarifado - Infraero (iii)	4.509	4.509
Valores a pagar - Infraero (iv)	17.908	17.908
	<u>24.479</u>	<u>24.479</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado:		
Valores a receber - Infraero (i)	-	133
Almoxarifado - Infraero (iii)	-	(401)
	<u>-</u>	<u>(268)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a valores de telefonia e aluguel de espaços à Infraero;
- (ii) Refere-se a reembolso de salários e encargos dos funcionários cedidos pela Infraero durante o processo de transição operacional do Aeroporto do Galeão;
- (iii) Refere-se a itens de almoxarifado adquiridos da Infraero. Em 25 de abril de 2018, a Concessionária devolveu bens que totalizaram R\$ 401;
- (iv) Refere-se a repasse proporcional à Infraero pela utilização dos terminais de carga.

(c) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia totalizou o montante de R\$ 12.319 (31 de dezembro de 2018, R\$ 13.446).

(d) Participação nos lucros e resultados

Em 2019, a Companhia pagou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 17.900 (31 de dezembro de 2018, R\$ 17.700), referente à provisão registrada em 2018 no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu a provisão de R\$ 13.703 (31 de dezembro de 2018, R\$ 16.563) referente ao pagamento a ser realizado em 2020.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo antes dos impostos	(1.543.715)	(484.869)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	524.863	164.855
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(53)	3.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(622.711)	(306.979)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>(97.901)</u>	<u>(138.497)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.691.558	1.333.720
Outras diferenças temporárias	335.815	313.683
Ativo diferido não constituído	<u>(929.690)</u>	<u>(306.979)</u>
Tributos diferidos ativos	<u>1.097.683</u>	<u>1.340.424</u>
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível	(894.118)	(1.037.469)
Outras diferenças temporárias	<u>(41.797)</u>	<u>(43.286)</u>
Tributos diferidos passivos	<u>(935.915)</u>	<u>(1.080.755)</u>
Tributos ativos líquidos	<u>161.768</u>	<u>259.669</u>

Os impostos diferidos referem-se basicamente a prejuízos fiscais sobre a diferença entre os critérios de amortização da outorga fixa fiscal e contábil, pelo método linear e pela curva da demanda de passageiros, respectivamente, e a diferença temporária proveniente da divergência entre o tratamento contábil e fiscal para os juros sobre empréstimos capitalizáveis.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 929.690 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 306.979 em 31 de dezembro de 2018) de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e a realização do passivo para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização do diferido					
	<u>2019</u>			<u>2018</u>		
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
2024	-	-	-	12.483	-	12.483
2025	-	-	-	20.680	-	20.680
2026	9.387	-	9.387	719	(20.399)	(19.680)
2027	51.917	-	51.917	30.651	(40.616)	(9.965)
2028	-	(42.283)	(42.283)	69.591	(59.867)	9.724
2029	33.216	(56.523)	(23.307)	114.661	(71.150)	43.511
2030 em diante	1.003.163	(837.109)	166.054	1.091.639	(888.723)	202.916
Total	<u>1.097.683</u>	<u>(935.915)</u>	<u>161.768</u>	<u>1.340.424</u>	<u>(1.080.755)</u>	<u>259.669</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

(a) Composição

		2019		2018	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	4.005	(2.199)	1.806	2.236
Móveis e utensílios	10	960	(470)	490	542
Ferramentas e aparelhos	20	367	(331)	36	101
Veículos	25	674	(567)	107	177
Imobilizado em andamento		437	-	437	121
		<u>6.443</u>	<u>(3.567)</u>	<u>2.876</u>	<u>3.177</u>
				2018	2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	3.673	(1.437)	2.236	1.615
Móveis e utensílios	10	918	(376)	542	626
Ferramentas e aparelhos	20	365	(264)	101	174
Veículos	25	674	(497)	177	157
Imobilizado em andamento		121	-	121	-
		<u>5.751</u>	<u>(2.574)</u>	<u>3.177</u>	<u>2.572</u>

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	3.177	2.572
(+) Adições	692	1.548
(-) Venda	-	(11)
(-) Depreciação	<u>(993)</u>	<u>(932)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.876</u>	<u>3.177</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

(a) Composição

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2019			2018	
		Custo	Atualização monetária	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	1.922.626	-	(147.495)	1.775.131	1.789.866
Máquinas e equipamentos	*	303.630	-	(21.788)	281.842	282.438
Móveis e utensílios	*	10.653	-	(795)	9.858	10.030
Veículos	*	14.519	-	(952)	13.567	13.686
Intangível em formação		132.110	-	-	132.110	103.726
		<u>2.383.538</u>	-	<u>(171.030)</u>	<u>2.212.508</u>	<u>2.199.746</u>
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	*	9.524.449	5.370.874	(475.455)	14.419.868	13.825.397
Softwares adquiridos de terceiros	*	48.843	-	(3.999)	44.844	33.350
Direito de uso - arrendamentos	**	13.867	-	(3.837)	10.030	-
		<u>9.587.159</u>	<u>5.370.874</u>	<u>(483.291)</u>	<u>14.474.742</u>	<u>13.858.747</u>
		<u>11.970.697</u>	<u>5.370.874</u>	<u>(654.321)</u>	<u>16.687.250</u>	<u>16.058.493</u>
Redução ao valor recuperável de ativos (iii)		(907.720)	-	-	(907.720)	-
		<u>11.062.977</u>	<u>5.370.874</u>	<u>(654.321)</u>	<u>15.779.530</u>	<u>16.058.493</u>
					2018	2017
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Atualização monetária	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	1.892.979	-	(103.113)	1.789.866	1.882.067
Máquinas e equipamentos	*	297.622	-	(15.184)	282.438	280.063
Móveis e utensílios	*	10.592	-	(562)	10.030	12,249
Veículos	*	14.376	-	(690)	13.686	11.802
Intangível em formação		103.726	-	-	103.726	-
		<u>2.319.295</u>	-	<u>(119.549)</u>	<u>2.199.746</u>	<u>2.186.181</u>
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	*	9.524.449	4.656.976	(356.028)	13.825.397	13.276.081
Softwares adquiridos de terceiros	*	35.339	-	(1.989)	33.350	17.475
Direito de uso - arrendamentos	**	-	-	-	-	-
		<u>9.559.788</u>	<u>4.656.976</u>	<u>(358.017)</u>	<u>13.858.747</u>	<u>13.293.556</u>
		<u>11.879.083</u>	<u>4.656.976</u>	<u>(477.566)</u>	<u>16.058.493</u>	<u>15.479.737</u>

(*) A amortização é calculada pelo período da concessão conforme descrito na nota 2.9 (iii).

(**) A amortização é calculada pelo período de vigência de cada contrato conforme descrito na nota 2.13

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível em Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

(ii) Outros intangíveis

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas, operacionais e administrativos, adquiridos pela Companhia.

Em 1 de janeiro de 2019, foi reconhecido de acordo com o CPC 06 (02) um ativo de direito de uso decorrente de contratos de arrendamento de equipamentos e veículos. O direito de uso é amortizado pelo prazo de cada contrato. Um passivo de arrendamento correspondente foi reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019.

(iii) *Impairment*

A Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2019 de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O teste foi elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Foram identificadas pela Administração da Companhia evidências objetivas que justificaram o registro de perdas de *impairment*, principalmente pela não realização da demanda de passageiros esperada para o aeroporto, alterando a projeção esperada de demanda de passageiros. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais da unidade geradora de caixa da infraestrutura atual do Aeroporto do Galeão.

Tomando por base projeção realizada entre janeiro de 2020 e abril de 2039 (prazo final da Concessão), a Administração identificou que o saldo contábil do ativo intangível era superior ao valor presente total da unidade geradora de caixa no montante de R\$ 907.720. Dessa forma, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2020 e abril de 2039, adotou-se as melhores práticas para projeção de receitas da Companhia.

Baseado na revisão da curva de demanda efetuada pela Administração em 2019, as projeções de passageiros e movimentos de aeronaves futuros foram reduzidas, devido à frustração de expectativas previamente formuladas. Outras premissas importantes, como previsões macroeconômicas, também foram atualizadas com base no ambiente econômico atual. Desta forma, as recentes frustrações do ambiente econômico e da projeção de demanda e, conseqüentemente, o impacto na receita aeronáutica e demais receitas da Companhia foram refletidas na projeção do fluxo de caixa operacional.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas entre janeiro de 2020 e abril de 2039. Esse fluxo se divide pelas suas principais naturezas de gastos, tais como serviços de terceiros, pessoal, utilidades, insumos e materiais, despesas administrativas, seguros, outorga variável, contribuição mensal, dentre outros. As projeções partiram da atual composição de custos e despesas da Companhia, e sua projeção se baseia nos principais drivers de cada linha de gasto, em grande parte, na demanda de passageiros.

Foram consideradas duas fases de investimento futuras para expansão, previstas no Contrato de Concessão, as quais são ativadas por gatilhos de demanda também estipulados pelo Contrato de Concessão.

Valor presente e taxa de desconto

O valor presente dos fluxos de caixa estimados foi calculado com base no custo médio ponderado de capital, nominal após impostos, em dezembro de 2019.

Ponderou-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem média de mercado. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se a média dos últimos 12 meses dos custos atuais de financiamento firmados pela Companhia. O custo de capital próprio foi calculado utilizando-se o modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade de longo prazo das notas de tesouro americanos, e pondera-se por um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

(b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Impairment</u>	<u>Total</u>
Custo	2.319.295	14.181.425	35.339	-	-	16.536.059
Amortização acumulada	(119.549)	(356.028)	(1.989)	-	-	(477.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.199.746	13.825.397	33.350	-	-	16.058.493
Aquisições	73.082	-	13.504	13.867	-	100.453
Créditos de PIS e COFINS	(8.798)	-	-	-	-	(8.798)
Encargos capitalizados	-	713.898	-	-	-	713.898
Baixas Custo	(41)	-	-	-	-	(41)
Baixas Amortização Acumulada	2	-	-	-	-	2
Amortização	(51.483)	(119.427)	(2.010)	(3.837)	-	(176.757)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(907.720)	(907.720)
Saldo contábil	2.212.508	14.419.868	44.844	10.030	(907.720)	15.779.530
Custo	2.383.538	14.895.323	48.843	13.867	-	17.341.571
Amortização acumulada	(171.030)	(475.455)	(3.999)	(3.837)	-	(654.321)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(907.720)	(907.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.212.508	14.419.868	44.844	10.030	(907.720)	15.779.530

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Financiamentos

(a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2018	Captação	Correção monetária do principal	Pagamento do principal	Juros incorridos	Juros Pagos	Custo de transação	Saldo final 31/12/2019
BNDES	Finem Repasse direto	nov/27 (b)	TJLP	1,30%	683.220	83.638	2.002	(86.364)	46.905	(46.775)	-	682.626
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	nov/27 (b)	TJLP	5,28%	751.978	-	2.200	(90.355)	74.672	(74.946)	-	663.549
Custo de transação Total					(19.878)						1.910	(17.968)
					<u>1.415.320</u>	<u>83.638</u>	<u>4.202</u>	<u>(176.719)</u>	<u>121.577</u>	<u>(121.721)</u>	<u>1.910</u>	<u>1.328.207</u>

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal

(b) Vencimento alterado de dez/27 para nov/27 devido à amortização esporádica da dívida (Cash Sweep)

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2017	Captação	Correção monetária do principal	Pagamento do principal	Juros incorridos	Juros Pagos	Custo de transação	Saldo final 31/12/2018
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	1,30%	-	713.552	2.474	(34.537)	24.712	(22.981)	-	683.220
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	5,28%	828.541	-	5.352	(82.913)	84.648	(83.650)	-	751.978
Custo de transação Total					(21.094)	-	-	-	-	-	1.216	(19.878)
					<u>807.447</u>	<u>713.552</u>	<u>7.826</u>	<u>(117.450)</u>	<u>109.360</u>	<u>(106.631)</u>	<u>1.216</u>	<u>1.415.320</u>

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do financiamento de longo prazo por ano de vencimento:

	2021	168.752
	2022	167.488
	2023 em diante	835.817
		1.172.057
Custo de transação		(15.699)
		1.156.358

Em 15 de janeiro de 2019, ocorreu o 1º evento de amortização esporádica da dívida, o *Cash Sweep*, mecanismo que funciona como uma aceleração de amortização da dívida de longo prazo. O montante liquidado, equivalente a uma parcela de amortização mensal, representou um valor de R\$ 13.250 e antecipou o prazo de término do contrato de dezembro de 2027 para novembro de 2027, conforme contrato de financiamento.

Durante o ano, a Companhia realizou desembolsos do saldo remanescente da tranche direta do empréstimo, no montante total de R\$ 83.638, realizados em 23 de julho de 2019, R\$ 78.641, em 26 de julho de 2019, R\$ 883 e em 27 de agosto de 2019, R\$ 4.114.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019, está apresentado pelo valor justo e líquido do custo de transação.

(b) Garantias

O contrato de Financiamento com o BNDES detém como garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão que são compartilhados entre o BNDES e os bancos repassadores da transação. Além disso, o BNDES detém como garantia uma fiança corporativa emitida por um acionista intermediário, a Changi Airports International Pte. Ltd., garantindo 49% do financiamento total e referente somente à tranche direta do financiamento.

(c) Covenants

O financiamento possui cláusulas de vencimento antecipado (*covenants*) de caráter não financeiro e não vinculados a indicadores econômicos da Companhia. As violações no cumprimento dos *covenants* permitem que o agente financeiro requeira imediatamente a liquidação dos financiamentos. Não houve violações dos *covenants* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

15 Arrendamentos

(a) Movimentação

	2018	Adição	Pagamentos	Juros incorridos	2019
Equipamentos	-	13.325	(4.393)	1.105	10.037
Veículos	-	542	(184)	47	405
	-	13.867	(4.577)	1.152	10.442

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

(b) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	4.361	-
2021	3.987	-
2022 em diante	3.670	-
Total de pagamentos	12.018	-
Total de juros	(1.576)	-
Valor presente dos pagamentos	10.442	-
Passivo circulante:	3.496	-
Passivo não circulante:	6.946	-

16 Adiantamento de clientes

Os valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$ 159.828 (31 de dezembro de 2018, R\$ 183.261) sendo R\$ 25.309 (31 de dezembro de 2018, R\$ 25.072) no passivo circulante e R\$134.519 (31 de dezembro de 2018, R\$ 158.189) no passivo não circulante, referem-se a receitas não tarifárias de cessão de espaços físicos para fins comerciais, que serão apropriados aos exercícios futuros conforme a sua competência.

17 Obrigações com Poder Concedente

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Outorga fixa (a)	-	28.624.135	-	26.073.063
Ajuste a valor presente (a)	-	(16.345.747)	-	(15.176.657)
Contribuição mensal	18.331	-	19.145	-
Outorga variável (b)	40.413	-	42.340	-
	<u>58.744</u>	<u>12.278.388</u>	<u>61.485</u>	<u>10.896.406</u>

- (a) Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o termo aditivo nº 001/2017 do contrato de concessão reprogramando o fluxo de pagamentos da outorga fixa. A próxima parcela tem como vencimento o dia 07 de maio de 2023.
- (b) Em 14 de maio de 2019, a Companhia liquidou a parcela referente ao exercício de 2018, no montante de R\$ 42.340. A Companhia apurou o valor de R\$ 40.413 a ser liquidado na data de 15 de maio de 2020.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Outros passivos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FNAC (a)	21.050	20.722
ATAERO (b)	286	1.308
PAN e PAT (c)	<u>393</u>	<u>627</u>
	<u>21.729</u>	<u>22.657</u>

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei n. 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. Esse repasse foi extinto pela lei 13.319 de 25 de julho de 2016, a partir do 1º dia de janeiro do ano de 2017. O valor de R\$ 286 é referente a títulos, de competência anterior a 2017, ainda não recebidos pela Concessionária.
- (c) O repasse PAN/PAT é destinado ao DECEA e devido em função da utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea em rota, em área de aproximação e em área de controle de aeródromo.

19 Contingências

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Conforme opinião dos assessores jurídicos da Companhia, apresentamos as ações a seguir que possuem expectativa de perda “provável”, para as quais foram constituídas as respectivas provisões, e as que possuem expectativa de perda “possível”, sendo apenas divulgadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Prováveis

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis	12	-
Trabalhistas	1.331	-
Administrativa	<u>483</u>	<u>-</u>
	<u>1.826</u>	<u>-</u>

Possíveis

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cíveis (a)	13.606	20.800
Trabalhistas (b)	3.077	9.417
Tributários (c)	9.257	5.466
Administrativa (d)	<u>101.893</u>	<u>96.006</u>
	<u>127.833</u>	<u>131.689</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Riscos Cíveis:

Processos judiciais cujo objeto verse sobre matéria cível nos quais a Concessionária seja parte, tais como, mas não limitados a indenizações por danos morais e materiais decorrentes de relação de consumo ou não, cobranças, reintegrações de posse, obrigações de fazer, declaratórias.

(b) Riscos Trabalhistas:

Processos judiciais e administrativos que versem sobre matéria trabalhista ou previdenciária nos quais a Concessionária seja parte, inclusive aqueles em curso perante o Ministério Público do Trabalho e Ministério da Economia (Secretaria da Previdência e Trabalho).

(c) Riscos Tributários

Processos judiciais e administrativos que versem sobre matéria tributária nos quais a Concessionária seja parte, tais como, mas não limitados a, IPTU, ICMS, DEVEC, ISS ou quaisquer tributos diretos ou indiretos.

(d) Riscos Administrativos

Processos administrativos instaurados por quaisquer órgãos da Administração Pública e órgãos de controle; processos administrativos investigatórios instaurados pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual; autos de Infração lavrados por entidades da Administração Pública, tais como, mas não limitadas a, órgãos da Administração Pública Direta, Agências Reguladoras, Conselhos de Classe etc, nos quais a Concessionária figure no polo passivo. Processos judiciais que versem sobre matérias relacionadas à execução do Contrato de Concessão e a penalidades regulatórias nos quais a Concessionária seja parte.

Depósitos Recursais:

Em 31 de dezembro de 2019 a Concessionária possuía R\$ 612 (31 de dezembro de 2018, R\$ 367) em depósitos recursais e R\$ 1.363 (31 de dezembro de 2018, R\$ 1.371) em depósitos judiciais. Os depósitos judiciais e recursais são reconhecidos no Ativo não Circulante na rubrica Outros ativos.

20 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionistas	Capital integralizado	Quantidade de ações nominativas	Participação (%)
Rio de Janeiro Aeroporto S.A.	2.913.100	2.913.100.430	51%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	2.798.861	2.798.861.196	49%
	<u>5.711.961</u>	<u>5.711.961.626</u>	<u>100%</u>

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.711.961.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de construção - ICPC 01	72.929	70.757
Receita de operação bruta		
Receita aeroportuária	356.065	376.238
Receita de cargas	200.697	224.110
Receita comercial	397.076	405.683
Outras receitas	4.038	4.507
	<u>957.876</u>	<u>1.010.538</u>
Receita bruta total	<u>1.030.805</u>	<u>1.081.295</u>
Tributos sobre serviços de operação	(116.185)	(123.427)
Devoluções e cancelamentos	(9.692)	(10.751)
	<u>904.928</u>	<u>947.117</u>

22 Custos dos serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de operação		
Amortização do intangível	(171.188)	(144.365)
Serviços de terceiros	(149.127)	(154.757)
Custo de material	(8.672)	(7.605)
Outorga variável	(39.747)	(41.641)
Contribuição mensal	(119.971)	(131.194)
Custo com utilidades	(34.762)	(32.792)
Gastos com pessoal	(79.641)	(77.750)
	<u>(603.108)</u>	<u>(590.104)</u>
Custos de construção da infraestrutura - ICPC 01	<u>(72.929)</u>	<u>(70.757)</u>
	<u>(676.037)</u>	<u>(660.861)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com Pessoal	(41.143)	(38.149)
Despesas com Serviços	(28.787)	(18.885)
Despesas Administrativas	(16.688)	(3.602)
Depreciação e Amortização	(2.663)	(1.221)
Despesas com materiais, taxas e outros	(9.956)	(7.538)
	<u>(99.237)</u>	<u>(69.395)</u>

24 Resultado financeiro, líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	21.732	25.306
Variação cambial	56	90
Variação monetária	3.213	7.540
Juros sobre atraso	2.267	1.929
Descontos obtidos	65	85
	<u>27.333</u>	<u>34.950</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	(128.092)	(119.406)
Variação monetária	(289.731)	(238.583)
Ajuste a valor presente	(225.370)	(230.844)
Juros sobre reperfilamento da outorga fixa	(152.934)	(141.667)
Variação cambial	(119)	(68)
Juros e comissões bancárias	(721)	(738)
IOF sobre operações financeiras	(1.587)	(12.931)
Juros sobre arrendamento	(1.152)	-
Outras	(2.359)	(3.887)
	<u>(802.065)</u>	<u>(748.124)</u>
	<u>(774.732)</u>	<u>(713.174)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Prejuízo por ação

(a) Básico e diluído

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(1.641.616)	(623.366)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (lote de mil)	<u>5.711.962</u>	<u>5.711.962</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,29)</u>	<u>(0,11)</u>

26 Seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro de veículos	TOKIO MARINE	30/09/2020	(*)
Seguro de riscos operacionais	TOKIO MARINE	02/10/2020	5.209.675
Seguro garantia executante concessionário	POTENCIAL	02/04/2022	341.224
Seguro de responsabilidade civil de Hangar e serviços aeroportuários	MAPFRE	17/10/2020	USD 500.000
Seguro de terrorismo e sabotagem	AIG	02/10/2020	800.000
Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O)	TOKIO MARINE	31/12/2019	50.000
Seguro de responsabilidade civil operações amplas	AIG	17/04/2020	30.000
Seguro de responsabilidade civil geral obras	AIG	17/04/2021	30.000
Seguro de riscos ambientais	CHUBB	31/12/2019	20.000
Seguro garantia de compra e venda de energia	FAIRFAX	01/07/2020	6.552
Seguro de Equipamentos de Publicidade	HDI	16/04/2020	51

(*) 110% da Tabela FIPE

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *